

CARTOGRAFIA SOCIAL NO PAMPA GAÚCHO: HISTÓRIA E MEMÓRIA EM UM TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PIRATINI (RS)

Gabriel Barcellos Nunes[1]
Graciele Belasquem Ferreira Nunes [2]
Maria Rosangela de Oliveira Rodrigues [3]
Marileia Mulling Leitzke [4]

Círculo de Saber: 05: Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do campo, das águas e das florestas

Palavras-chave: Cartografia Social; Pampa Gaúcho; Educação do Campo

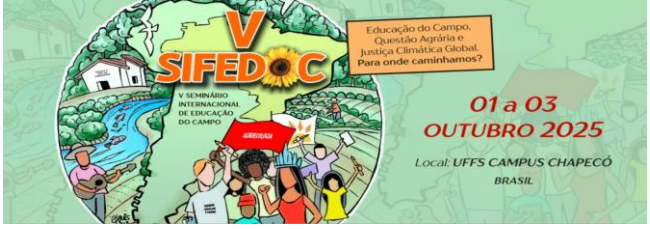
Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de problematizar as questões de história e memória de um determinado território a partir de uma ação utilizando cartografia social que está sendo realizada por estudantes e professores de uma escola do campo. O projeto espera que os educandos construam uma apropriação do lugar onde moram e estudem e compreendam os aspectos voltados a sua identidade.

Marcada pela forte presença dos assentamentos da Reforma Agrária, das comunidades quilombolas e das comunidades de agricultores e pecuaristas familiares, as regiões que englobam o 2º e o 5º distritos do município de Piratini, no Extremo Sul do Rio Grande do Sul, são também os espaços de origem dos alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Adão Pretto, que atualmente está localizada na Comunidade da Faxina, no 5º distrito.

Nestes lugares ainda se destacam as casas longes umas das outras e uma ligação forte com a história, tanto daqueles que sempre moraram na região até a história daqueles que chegaram um pouco depois para ocupar o seu devido pedaço

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Diretor da EEEM Deputado Adão Pretto. E-mail: gabrieljornal@gmail.com.
[2] Licenciada em Arte. Coordenadora da Área de Linguagens na EEEM Deputado Adão Pretto. E-mail: belasquemgraciele@gmail.com.
[3] Licenciada em Geografia. Professora de Estudos Orientados na EEEM Deputado Adão Pretto. Email: rosa.oliveirar@gmail.com
[4] Licenciada em História. Coordenadora da Área de Ciências Humanas na EEEM Deputado Adão Pretto. E-mail: marileitzke@gmail.com.



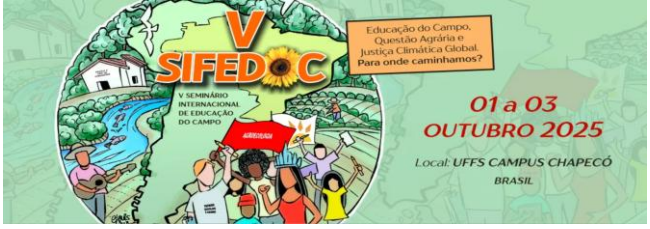
de chão e construir uma vida com dignidade através da árdua e valorosa luta pela terra.

O território ainda engloba algumas fazendas, a maioria com áreas não muito grandes e muitas taperas, casas abandonas que ajudam a contar a história de um povo. Neste sentido, é impossível estar em Piratini sem falar em história: o município foi um dos primeiros criados no Rio Grande do Sul, com sua fundação datando de 1777 com a chegada de casais provenientes da Ilha dos Açores, em Portugal que chegam para ocupar o espaço em nome da coroa portuguesa. Antes disso, Piratini, assim como todas as outras partes do país, era habitada pelos povos indígenas, provavelmente o povo tupi-guarani, do qual restam poucas lembranças, a não ser o nome que significa “peixe-barulhento” na língua destes.

Mais tarde, no século XIX, Piratini é destaque durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), originalmente um movimento de fazendeiros que lutava contra os altos impostos, sobretudo cobrado sobre o charque pelo Império do Brasil. Com algumas lideranças inspiradas pelos ideais da Revolução Francesa, o grupo acabou criando uma revolta separatista e proclamou a República Rio-Grandense, para a qual Piratini foi nomeada a capital e onde foi instalado o primeiro governo e a câmara provisórios.

A participação na Revolta dos Farrapos como primeira e última Capital Farroupilha garantiu projeção histórica a Piratini, mas que reverberou em uma perseguição por parte do governo imperial, devido a lealdade com os revoltosos e uma certa incorporação dos ideias de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Restou a história como consolo aos piratinienses, orgulhosos do seu passado que inclui a participação em outras guerras, como a Revolução de 1923. A história oficial sempre lembra dos feitos da “Mui leal e patriótica cidade de Piratinin” como se inscreve em seu Brasão, inclusive dando nome ao prédio do Governo Gaúcho, em Porto Alegre. A história, porém vai além disso, há algo mais íntimo cravado na memória desta gente, que se orgulha do passado, relembra os feitos e também as relações familiares e sociais, inclusive com a terra em um lugar em que quase a metade da população ainda vive no campo.

Este trabalho constitui-se como um relato de experiência e também traz reflexões a partir de pesquisa bibliográfica sobre as temáticas apresentadas e relacionadas. Este texto faz referência ao projeto “Cartografia Social e Ambiental: História e



Memória nos campos do Pampa Gaúcho", desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Adão Pretto, como um trabalho multidisciplinar orientado pelas professoras coordenadoras de área do Ensino Médio em Tempo Integral, proposta que começou a ser implementada na escola no ano de 2025.

Na etapa inicial do projeto, foram realizadas visitas a duas fazendas, uma em ruínas e outra em funcionamento, ambas atualmente com áreas pequenas, mas que foram identificadas como sendo das mais antigas e fazerem parte das sedes que deram origens aos outros espaços, bem como, a visitação ao cemitério mais antigo da região, além de um estudo sobre uma cancha reta de carreira de cavalos.

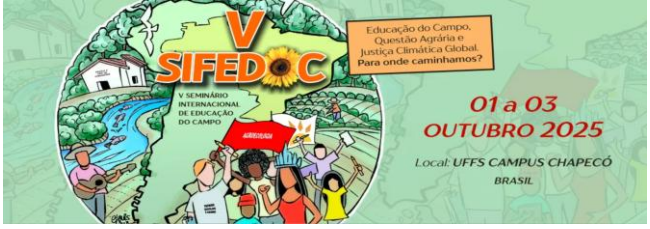
Neste primeiro momento foi possível identificar a presença dos latifúndios na região, que foram dando origem a outras fazendas, locais que, por sua vez, deram lugar às pequenas propriedades rurais, comunidades quilombolas e assentamentos da Reforma Agrária. As próximas etapas do projeto incluem a visita às comunidades quilombolas e assentamentos, quando a questão do acesso a terra será debatido em uma maneira mais ampla.

Educação do Campo, Memória e Cartografia Social

A Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Adão Pretto se assume e realiza suas atividades pautada pelo movimento da Educação do Campo, uma proposta que surge a partir da defesa de um projeto de educação comprometido com a Reforma Agrária e com os acampados e assentados, que levou o Movimento Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais e sindicais a se articularem, no final da década de 1990, em defesa de escolas públicas do campo, pensadas pelos camponeses. Dessa forma, fortaleceu-se um movimento nacional em torno do qual, ao longo desses anos, tem lutado pela inclusão dos princípios defendidos pelas Diretrizes Nacionais para a Educação do Campo publicadas em 2002.

Conforme Nunes (2023, p. 37), de acordo com esses princípios, a escola deve refletir a vida, os interesses e as necessidades de desenvolvimento dos sujeitos e movimentos sociais relacionados à luta pela terra - sem terra, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, indígenas, entre outros – e não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano e da lógica rural capitalista.

Na Educação do Campo há um compromisso com os saberes universais, construído a partir da realidade dos alunos e havendo um compromisso com uma



nova sociedade que compreenda sua história e seu papel. Entende-se que as camponesas e os camponeses precisam ter acesso ao conhecimento universal, mas considerando seus modos de aprendizagens a partir da sua realidade e da vasta sabedoria do campo. Nessa perspectiva, questões como a da memória adquirem contornos específicos para os camponeses.

No relatório final da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) a memória é apontada como reflexão que possibilita o conhecimento do agora e do outrora, assim orienta possibilidades de existência do porvir: “Ela (a memória) irrompe o presente com os estilhaços do passado; faz ressurgir no agora o que foi ontem, portanto, a memória é ruptura” (CCV, 2014, p. 25).

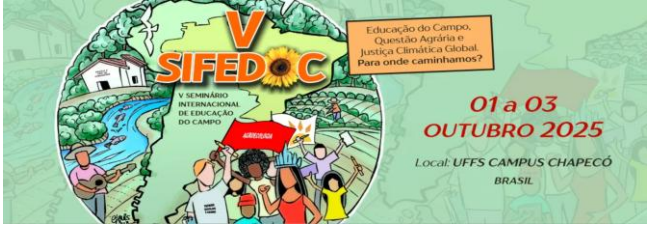
> (...) a memória é uma leitura anacrônica da história, é tradição, mas é também uma ação revitalizadora do presente. É elo de contato com o outro, com aquele que já se foi, mas que por meio da lembrança sua ausência será presentificada. É a organização dos fatos na ordem do tempo, portanto, evocar a memória está na arte de narrar. Reconstruir memórias não é fazer um resgate do passado puro e simples, ou ainda fazer uma descrição desse passado, mas narrar para fazer emergir esperanças não realizadas desse passado (Relatório Final da CCV, 2014, p. 25).

O texto da CCV ainda aponta que a memória é parte da construção da verdade e tem elevada importância nos grupos sociais do campo. Conforme Nora (1984, in Barros, 2011) a memória é a vida carregada por grupos vivos, em evolução permanente e aberta a dialética da lembrança, que, coletiva ou individual pode ser fonte histórica. Abordando a dimensão social presente na memória, coletiva e individual e limitada no espaço e no tempo, Barros (2011), apoiado em Halbwachs (2006), situa que na memória os indivíduos realizam o ato de lembrar e os grupos sociais determinam o que e como será lembrado.

Também neste sentido, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) problematiza as “histórias únicas” estabelecendo que como, quem, quando e quantas são contadas depende muito de uma relação de poder. Para ela a história única cria estereótipos e é incompleta:

> As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 16).

O presente trabalho tem por “fonte” principal, as memórias individuais, que se somam as memórias coletivas. Como “reintegramos frequentemente nossas



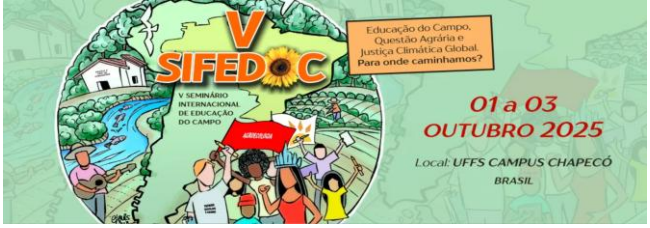
lembrança em um espaço e em um tempo" (Halbwahs, 1990, p. 57), pretende-se contar um pouco da história do território em questão, que é a história de camponeses que não aparecem na história tradicional até agora presente nos meios oficiais e acadêmicos. Pretende-se que seja uma importante forma de construção e percepção da identidade.

Para tal, utilizaremos como etapa final a possibilidade cartográfica em aproximação com as pessoas, deixando de lado a linguagem burocrática e chegando a vida dos territórios, desenvolvendo então uma aproximação com a Cartografia Social que "garante protagonismo, empoderamento e elaboração de conhecimentos significativos" (Lobão; Oliveira; Junior, 2022). Neste formato, os grupos envolvidos pensam e representam seu território, reafirmando a identidade e propondo intervenções que atendam suas reais necessidades. A Cartografia Social costuma auxiliar a presença dos saberes popular nas produções sociais, incluindo as da escola.

Conclusão

Annie Ernaux (2023) considera que "decifrar o mundo real despojando-o de visões e valores que a língua carrega, qualquer língua, é perturbar a ordem instituída, é chacoalhar as hierarquias." Diante disso, o projeto citado neste texto pretende escrever e reescrever a história do território em que vivem os alunos. A história tradicional do município de Piratini, qual seja a que introduz este texto faz referência de modo especial a participação da cidade na Revolução Farroupilha e a chegada dos casais açorianos. Pouco se fala, desta forma, na história oficial sobre a presença negra e dos assentados da Reforma Agrária, tampouco das memórias íntimas das pessoas que ainda vivem no campo, enfrentando as adversidades comuns a este espaço, o que tem aumentado nos últimos anos com o avanço do agronegócio, especialmente do commoditie da soja.

O que se pretende neste projeto que está ainda dando seus primeiros passos é que se tenha uma história do nosso território e que inclua a todos sem distinção. Certamente a Ponte do Império, construção que serviu de passagem ao imperador Dom Pedro, que fica na nossa região tem sua importância histórica, mas também tem relevância a história das cinco comunidades quilombolas, reconhecidas oficialmente a partir dos anos 2000, mas com uma história de séculos, e dos 14



assentamentos da Reforma Agrária que chegaram a partir dos anos 1990 e mudaram o cenário pampeano da nossa região, assim como a dos agricultores e pecuaristas familiares tradicionais que convivem ambiental e socialmente em harmonia com o bioma pampa.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** Tradução de Julia Romeu Companhia das Letras, 2019.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. Relatório Final. Violações de Direito no Campo. 1946 a 1988. Brasília, CNV, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **Memória e História: uma discussão conceitual.** Tempos Históricos. V. 15, 2011, p. 317-343.

ERNAUX, Annie. **A escrita como faca e outros textos.** Tradução: Marília Garcia. São Paulo: Fósforo, 2023.

LOBÃO, J; OLIVEIRA, A; OLIVEIRA JUNIOR, I. **Cartografia Social:** (re) descobrindo saberes. UEFS Editora: 2022. Disponível em https://books.scielo.org/id/bsx4q/pdf/lobao-9786589524953.pdf. Acesso em 02 de julho de 2025.

NUNES, G. **A Educação do Campo e a leitura literária em um território camponês de lutas e desafios:** uma experiência escolar em Piratini (RS). Orientadora: Vania Grim Thies, 2023, 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.